



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
TERCEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 19311.720310/2017-15
Recurso nº Voluntário
Resolução nº **3201-001.835 – 2ª Câmara / 1ª Turma Ordinária**
Data 26 de março de 2019
Assunto IPI
Recorrente BEIERSDORF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Recorrida FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos, converter o julgamento do Recurso em diligência.

(assinado digitalmente)

CHARLES MAYER DE CASTRO SOUZA - Presidente.

(assinado digitalmente)

LAÉRCIO CRUZ ULIANA JUNIOR - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Paulo Roberto Duarte Moreira, Tatiana Josefovicz Belisario, Marcelo Giovani Vieira, Pedro Rinaldi de Oliveira Lima, Leonardo Correia Lima Macedo, Leonardo Vinicius Toledo de Andrade, Laercio Cruz Uliana Junior e Charles Mayer de Castro Souza (Presidente)

RELATÓRIO

Por bem reproduzir os fatos narrados no Processo Administrativo Fiscal, reproduzo o relatório da DRJ:

Trata-se de Auto de Infração do IPI relativo ao ano-calendário 2013, lavrado contra a interessada em razão de equívocos apontados na classificação de produtos classificados como desodorantes que na

verdade seriam corretamente classificados como hidratantes, bem como em razão de desrespeito ao valor tributável mínimo do IPI em saídas para estabelecimentos interdependentes.

(...)

Em relação à classificação fiscal, a fiscalização considerou que os produtos objeto da autuação não teriam a função precípua de desodorizar, mas sim de hidratar a pele, sendo portanto classificados na posição 3304.99.10 da NCM, com alíquota de 22%, e não na posição 3307.20.90, com alíquota de 7%.

(...)

Com base nestes dados, foi identificada pela autoridade tributária a hipótese de interdependência do art. 612, III, do RIPI entre a interessada e os estabelecimentos da empresa BDF Nivea Ltda constantes da planilha acima relativa ao ano-calendário 2013.

Com espeque na Solução de Consulta Interna COSIT no 8/2012 e no art. 195, I, do Decreto no 7.212/2010 (RIPI 2010), a fiscalização considerou como valor tributável mínimo os preços praticados pela citadas filiais da BDF Nivea, tidas como exclusivos distribuidores do estabelecimento fiscalizado.

(...)

Cientificada em 07/11/2017 (fls. 15737), a interessada apresentou, em 06/12/2017, a impugnação de fls. 15745 a 15876, na qual trouxe, em síntese, as seguintes alegações:

- A regra prevista no art. 195, I c/c caput do art. 196 do CTN não se aplica ao caso concreto, pois o conceito de praça para fins do IPI está circunscrito aos limites de um município, cidade ou localidade, não sendo possível a utilização dos preços praticados pelas distribuidoras atacadistas localizadas em Vinhedo e Jundiaí, dado que o estabelecimento autuado situa-se em Itatiba.

- Os preços praticados pelo estabelecimento autuado, pelos "terceiristas" e pelas distribuidoras atacadistas independentes deveriam obrigatoriamente compor o cálculo do valor tributável mínimo (VTM) no caso concreto, resultando em erro da identificação da matéria tributável e afronta ao art. 142 do CTN.

-A afirmação constante do Termo de Verificação Fiscal de que a interessada teria organizado suas atividades de modo a ter suas vendas com destaque de IPI para firmas interdependentes não contribuintes do imposto, resultando em valor tributável significativamente inferior em suas saídas para terceiros seria descabida da realidade fática e ignoraria o histórico do Grupo Beiersdorf.

- A interessada teria sido surpreendida com a autuação relativa ao VTM, dado que não foram efetivadas intimações a respeito no curso do procedimento fiscal.

-
- *Teria havido afronta ao Ato Declaratório CST 5/1982 ao se desconsiderar as vendas da interessada e dos "terceiristas" para fins do VTM, bem como ao Parecer Normativo CST 44/81.*
 - *Teriam sido desprezadas as vendas praticadas pela "terceirista" Higident do Brasil Indústria e Comércio Ltda para a interessada, o que seria contraditório ao raciocínio utilizado pela fiscalização (...)*
 - *Os preços praticados pelas distribuidoras atacadistas independentes dos produtos da marca Nivea objeto da autuação também foram desconsiderados pela interessada, conforme relação anexa à impugnação (doc. 12), o que violaria o entendimento da Solução de Consulta Interna 08/2012 da COSIT.*
 - *Como decorrência destes equívocos no cálculo do VTM haveria violação ao art. 142 do CTN e ausência de liquidez e certeza na exigência fiscal.*
 - *Suscita a inexistência de imputação de dolo, fraude, simulação, abuso de direito e de forma, confusão patrimonial e subfaturamento; a existência de autonomia entre os estabelecimentos interdependentes e a efetiva e legítima separação das atividades empresariais, o que impediria o questionamento dos preços praticados pela interessada em suas vendas para estabelecimentos interdependentes.*
 - *Narra o histórico do Grupo Beiersdorf no Brasil, aduzindo que as atividades teriam se iniciado em 1975 com uma distribuidora atacadista e somente após 22 anos teria sido constituída a interessada.*
 - *Traz considerações sobre a estratégia comercial de separação das atividades industriais e de revenda atacadista, com Nota Técnica (doc. 13), considerações sobre o regramento jurídico aplicável e o comportamento de demais empresas do setor, para concluir que a separação das atividades industriais e comerciais em pessoas jurídicas independentes possui reais propósitos econômicos, gerenciais e negociais e está amparada na legislação de regência.*
 - *Não haveria sentido em comparar os preços de venda das empresas industriais e das distribuidoras atacadistas, pois estas, além do custo de aquisição, arcam com despesas de venda (publicidade, propaganda, logística, gestão de marcas e patentes, etc) que afetam os custos.*
 - *Afirma que sua margem de lucro nas vendas se mostra razoável, tendo apurado lucro líquido de R\$ 11.851.027,46 em 2013.*
 - *Considerando que não haveria outro distribuidor atacadista na praça da interessada (Município de Itatiba), a regra do art. 195, I, do CTN não seria aplicável, em conformidade com o conceito de praça amparada pelo Parecer Normativo CST no 44/1981, pelo Ato Declaratório Normativo CST no 05/1982 e por diversos pronunciamentos do antigo Conselho de Contribuintes, do atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e do Poder Judiciário.*
 - *Como decorrência, deveria se aplicada a regra do art. 196, parágrafo único, do CTN, custo de produção acrescido das margens de lucro normal da empresa, o que foi adotado pela interessada.*

- *Defende que o conceito de praça do remetente seria equivalente ao município de seu domicílio, juntando parecer jurídico (doc. 06).*

- *Traz definições de dicionários para domicílio, mercado e praça, e aduz que os arts. 96 e 100 do CTN combinados com o Parecer Normativo 44/1981, com a Solução de Consulta no 97 SRRF/6aRF/DISIT, de 26 de junho de 2008, do Ato Declaratório CST no 05/1982 e com a correta interpretação da SCI 8/2002 levariam à conclusão de que a praça do remetente deve ser restrita a um município.*

- *Aduz que a alegação da autoridade tributária de que praça comercial não se confunde com domicílio tributário não teria relevância no caso concreto, pois o âmbito de incidência da praça continuaria sendo o município.*

- *Cita diversas decisões administrativas e judiciais que atestariam a correção da tese defensiva relativa ao conceito de praça do remetente suscitada.*

- *Contesta a utilização do preço de revenda das atacadistas interdependentes, aduzindo ausência de previsão legal, o que acarretaria em uma equiparação a industrial das atacadistas sem previsão, em violação ao art. 108, §1º do CTN.*

- *Aduz que somente em 2015 houve alteração legislativa equiparando o atacadista de cosméticos a industrial.*

- *Alega que o fato dos produtos não serem usados apenas nas axilas não afasta o caráter desodorante, que pode ser comprovado pela presença do "triclosan" ou o "ethylhexylglycerin", juntando estudos que comprovariam a função desodorante. Informa que juntará laudo do Instituto Nacional de Tecnologia atestando a função antibacteriana dos produtos.*

- *Informa que os produtos vendidos em outros países não possuem os componentes "triclosan" ou o "ethylhexylglycerin", ao contrário dos aqui analisados.*

- *Alega que a quantidade de ingredientes não define o que o produto é, que não existe supedâneo técnico ou legal para a categoria de "função secundária" atribuída pela autoridade tributária ao tratar do impedimento de crescimento bacteriano e questiona o enquadramento do "cetearyl alcohol" como tendo função hidratante.*

- *Afirma que a classificação fiscal adotada pela fiscalização desconsiderou aspectos técnicos dos produtos, e que há jurisprudência administrativa no sentido que a presença de elemento bactericida é suficiente para classificar um produto como desodorante, bem como que houve equívoco da fiscalização ao considerar o uso dos desodorantes nas axilas e as informações no site da empresa.*

- *Consigna que por não haver preponderância entre as funções de hidratação e desodorização, não poderia ser aplicada a Regra 3, "b" da RGI como feito pela autoridade tributária, mas sim a Regra 3, "c",*

sendo portanto correta a utilização da posição 3307, pois em último lugar na ordem numérica.

- Não poderia a fiscalização ter ignorado por completo os registros dos produtos na ANVISA, pois a classificação fiscal deve seguir uma lógica sistêmica, devendo partir de elementos técnicos, como o registro dos produtos, e não de presunções simples, informações da internet, e outros critérios subjetivos e sem embasamento legal.

- Não seria devida a multa de 75% prevista do art. 80 da Lei no 4.502/64, pois não haveria acusação de falta de destaque do IPI em notas fiscais, bem como haveria cobertura de crédito, não estando atrelada à exigência de IPI, sendo o caso de aplicar o art. 112 do CTN.

- Não incidiriam juros de mora sobre a multa de ofício.

Seguindo a marcha processual normal, a DRJ profiu acórdão assim ementado:

IPI. INTERDEPENDÊNCIA. PRAÇA DO REMETENTE. INVIABILIDADE DE INTERPRET AÇÃO COMO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO DO REMETENTE.

Com a alteração do art. 15, inciso I, da Lei no 4.502/1964 pelo Decreto-Lei no 34/1966, deixou tal dispositivo de remeter ao domicílio do remetente, passando a citar a "praça do remetente", conformando-se com as disposições do art. 47, inciso II, alínea "b", do CTN, não sendo tais expressões sinônimas.

IPI. INTERDEPENDÊNCIA. VALOR TRIBUTÁVEL MÍNIMO. ART. 195, INCISO I, DO DECRETO No 7.212/2010.

Na remessa para estabelecimento interdependente que seja o único comprador do produto, o valor tributável não poderá ser inferior ao preço de venda no atacado do adquirente (Parecer Normativo CST no 89/1970 e SCI COSIT no 8/2012).

CLASSIFICAÇÃO FISCAL INCORRETA DE MERCADORIAS. SAÍDAS COM ALÍQUOTA DO IPI INFERIOR. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. MULTA DE OFÍCIO.

Constatadas saídas de mercadorias com alíquota inferior à devida, em decorrência de ter o contribuinte adotado classificação fiscal incorreta para as mercadorias, exige-se a diferença mediante lançamento de ofício, incidindo a multa de ofício sobre as diferenças de imposto não destacadas em nota fiscal.

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO Período de apuração: 01/01/2013 a 31/12/2013 JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA SOBRE A MULTA DE OFÍCIO.

Os juros de mora incidem sobre a totalidade do crédito tributário, do qual faz parte a multa lançada de ofício. Dispositivos Legais: Lei no 5.172, de 1966 (CTN), arts. 113, § 1o, 139 e 161; Lei no 9.430, de 1996, arts. 44 e 61, § 3o; Decreto-Lei no 1.736, de 1979, arts. 2o e 3o (SC COSIT Nº 47/2016).

ASSUNTO: CLASSIFICAÇÃO DE MERCADORIAS Período de apuração: 01/01/2013 a 31/12/2013 PRODUTOS MISTURADOS E OBRAS COMPOSTAS DE DIFERENTES MATÉRIAS. CARACTERÍSTICA ESSENCIAL. UTILIZAÇÃO PARA DEFINIÇÃO DA POSIÇÃO NA NCM.

Sendo possível determinar, de acordo com os preceitos do sistema jurídico pátrio, a característica essencial de produtos misturados, obras compostas de matérias diferentes ou constituídas pela reunião de artigos diferentes e de mercadorias apresentadas em sortidos acondicionados para venda a retalho, cuja classificação não se possa efetuar pela aplicação da Regra 3 a), correta a classificação pela matéria ou artigo que lhes confira tal característica essencial, nos termos da Regra 3, "b" das Regras Gerais Para Interpretação do Sistema Harmonizado.

Irresignado com o respectivo julgado o Contribuinte apresentou Recurso Voluntário requerendo reforma em síntese, conforme constante na conclusão do pedido de reforma:

*(I) existem vícios insanáveis no critério jurídico adotado pela autoridade administrativa para apuração do valor tributável mínimo do IPI, pois desprezou (a) os preços praticados pela **Recorrente**, tanto nas operações com empresas interdependentes, quanto nas operações com terceiros independentes, (b) os preços praticados pelos "terceiristas" nas vendas para a **Recorrente**, e (c) os preços praticados pelas distribuidoras atacadistas independentes, conduzindo ao necessário reconhecimento da insubsistência da exigência fiscal, inclusive por afronta ao artigo 142 do CTN;*

*(II) a ausência de imputação de dolo, fraude, simulação, abuso de direito, abuso de forma, confusão patrimonial e de subfaturamento; a incontroversa existência e autonomia dos estabelecimentos (industrial/importador e distribuidoras); e a efetiva e legítima separação das atividades empresariais (industrialização/importação e comercialização) em pessoas jurídicas independentes, por si só, já impedem qualquer questionamento quanto aos preços praticados pela **Recorrente** nas vendas realizadas para estabelecimentos com os quais mantém relação de interdependência;*

*(III) a separação das atividades industrial e comercial em pessoas jurídicas independentes: (a) não é uma exclusividade da **Recorrente** no Brasil; (b) possui, efetivamente, comprovados propósitos econômicos, gerenciais e negociais, que extrapolam a questão meramente tributária; e (c) é absolutamente normal no setor e está amparada na legislação societária, civil e tributária;*

*(IV) desde a edição da Lei no 4.502/64, as operações entre pessoas jurídicas interdependentes devem observar norma antielisiva específica (regra do valor tributável mínimo do IPI), de modo que os preços praticados pela **Recorrente** nas vendas para as distribuidoras atacadistas interdependentes (ainda que exclusivas) estão sujeitos a rígidos controles impostos pelo próprio legislador;*

(V) a interpretação da legislação tributária de regência, inclusive amparada no Parecer Normativo CST no 44/1981, no Ato Declaratório Normativo CST no 05/1982 e por diversos pronunciamentos do antigo Conselho de Contribuintes, do atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e do Poder Judiciário, conduz ao entendimento de que a praça do remetente corresponde a uma circunscrição geográfica equivalente, no máximo, ao Município, Cidade ou Localidade em que atua a pessoa jurídica remetente;

*(VI) a pretensão da fiscalização de atribuir à **Recorrente** (estabelecimento localizado no Município de Itatiba) os preços praticados pelas distribuidoras atacadistas (localizadas nos Municípios de Vinhedo e Jundiá) não tem amparo legal;*

*(VII) ao atribuir à **Recorrente** (estabelecimento importador e industrial localizado no Município de Itatiba) os preços praticados pelas distribuidoras atacadistas (localizadas nos Municípios de Vinhedo e Jundiá), na prática, a autoridade administrativa criou uma espécie de “equiparação” entre os estabelecimentos, igualmente desprovida de amparo legal;*

*(VIII) os produtos industrializados pela **Recorrente** são registrados na ANVISA como produto de higiene pessoal, cosmético ou perfume, conforme a prova técnica da sua característica, composição química e eficácia da finalidade, nos termos da Lei no 6.360/76;*

*(IX) a função precípua do produto (e não preponderante), a característica, a composição química e a eficácia da finalidade do produto (ativos químicos), o resultado dos pareceres técnicos dos produtos (prova técnica), os requisitos e as normas da ANVISA (dado regulatório) e as próprias regras de interpretação do sistema harmonizado (critério jurídico) são observadas pela **Recorrente** na correta classificação fiscal dos seus produtos industrializados;*

(X) os ativos “triclosan” e “ethylhexylglycerin” possuem ação antibacteriana e efeito desodorante reconhecidos por bancos de dados internacionais (por exemplo, PCPC – Personal Care Products Council, e Inventário de Ingredientes da União Europeia – Cosing), pela literatura especializada nacional e pela própria ANVISA, e comprovados tecnicamente por estudos e laudos;

*(XI) Hidratantes Desodorantes: os produtos possuem na sua composição química os ativos “triclosan” ou “ethylhexylglycerin”, portanto, a classificação fiscal adotada pela **Recorrente** está correta;*

(XII) em qualquer hipótese, deve ser prontamente cancelada a exigência da multa de 75%, pois não atrelada a imposto devido, tendo em vista a cobertura por créditos da não cumulatividade; e (XIII) por fim, os juros de mora não devem incidir sobre a multa de ofício lançada, por falta de previsão legal.

Ressalta-se que a Fazenda Nacional apresentou Contrarrazões, sustentando:

É o relatório.

VOTO

Conselheiro Laércio Cruz Uliana Junior

O Recurso é tempestivo e merece ser conhecido.

CLASSIFICAÇÃO FISCAL Inicialmente é de trazer a discussão versa sobre os produtos constantes no item 3.12 do TVF (fls. 195 e processo), quais sejam:

*Código Produto Descrição Produto 80203-03300-83 NBD
HIDRATANTE DESOD. MILK 400ML J 80203-03300-85 NBD
HIDRATANTE DESOD. MILK 400ML 80203-03300-90-90 NBD
HIDRATANTE DESOD. MILK 400ML 80203-03301-83-90 NBD
HIDRATANTE DESOD. MILK 400ML SAM'S 80203-03309-85-90
NBD HIDRATANTE DESOD. MILK 400ML 80203-03310-85-90 NBD
HIDRATANTE DESOD. MILK 400ML 80203-03310-90-90 NBD
HIDRAT. DESOD. MILK 400ML SAM'S 80203-03313-90-90
DUOPACK MILK 400ML 40% DE DESC 80210-03300-83 NBD
HIDRATANTE DESOD. MILK 200ML J 80210-03300-85 NBD
HIDRATANTE DESOD. MILK 200ML 80210-03300-90-90 NBD
HIDRATANTE DESOD. MILK 200ML 80210-03302-85 DUO PACK
MILK C/ 20% DESCONTO 11 80210-03303-83 DUO PACK MILK C/
20% DESCONTO 80210-03303-85 NBD HIDRAT DESOD MILK ED
100 ANOS 200ML 80210-03304-83 NIVEA BODY HIDRATANTE
DESOD. KIT ESTRELA 80203-03300-83 NBD HIDRATANTE DESOD.
MILK 400ML J 80203-03300-85 NBD HIDRATANTE DESOD. MILK
400ML 80203-03300-90-90 NBD HIDRATANTE DESOD. MILK
400ML 80203-03301-83-90 NBD HIDRATANTE DESOD. MILK
400ML SAM'S 80203-03309-85-90 NBD HIDRATANTE DESOD.
MILK 400ML 80203-03310-85-90 NBD HIDRATANTE DESOD. MILK
400ML 80203-03310-90-90 NBD HIDRAT. DESOD. MILK 400ML
SAM'S 80203-03313-90-90 DUOPACK MILK 400ML 40% DE DESC
80210-03300-83 NBD HIDRATANTE DESOD. MILK 200ML J 80210-
03300-85 NBD HIDRATANTE DESOD. MILK 200ML 80210-03300-
90-90 NBD HIDRATANTE DESOD. MILK 200ML 80210-03302-85
DUO PACK MILK C/ 20% DESCONTO 11 80210-03303-83 DUO
PACK MILK C/ 20% DESCONTO 80210-03303-85 NBD HIDRAT
DESOD MILK ED 100 ANOS 200ML 80210-03304-83 NIVEA BODY
HIDRATANTE DESOD. KIT ESTRELA 84628-03300-90-90 84628-
03310-84-90 84629-03300-18 84629-03300-84 84629-03300-90-90
84629-03310-86-90 88138-03300-83 88138-03300-90-90 88138-
03304-83 88138-03305-83 88138-03313-90-90 88138-03314-90-90
88144-03300-90-90 88144-03310-90-90 88150-03310-87-90 88194-
03300-90-90 88231-03300-03-90 88232-03300-03-90 88244-03300-74
88244-03300-83 88244-03300-90-90 88244-03305-83 88244-03310-
85-90 88254-03300-74 88254-03300-83 88254-03300-90-90 88254-
03303-74 88254-03303-83 88254-03310-85-90 89054-03300-20
89059-03300-20 NHD CREME DEO P/MAOS NUTRITIVO 75G NHD
CREME DEO P/MAOS NUTRITIVO 75G NHD CREME DEO P/MAOS
ANTIID Q10 PLUS 75G NHD CREME DEO P/MAOS ANTIID Q10
PLUS 75G NHD CREME DEO P/MAOS ANTIID Q10 PLUS 75G NHD
CREME DEO P/MAOS ANTIID Q10 PLUS 75G NBD HIDRATANTE
DESOD. SOFT MILK 200ML J NBD HIDRATANTE DESOD. SOFT
MILK 200ML SOFT MILK + LOCAO ANGEL STAR C/ 20% DESC
NBD HIDRATANTE DESOD. SOFT MILK 200ML J DUOPACK
SOFTMILK 200ML 40% DE DESC DUOPACK SOFTMILK 200ML +*

FACIAL 60 GRT NBD HIDRATANTE DESOD. SOFT MILK 400ML NBD HIDRAT. DESOD. SOFT MILK 400ML SAM'S NBD HIDRAT DESOD REPARACAO INTENS 200ML NBD HIDRAT DESOD REPARACAO INTENS 200ML NBD HIDRAT. DESOD. P/ BANHO LOTION 250ML NBD HIDRAT. DESOD. P/ BANHO MILK 250ML NBD HIDRATANTE DESOD. SENSITIVE 200ML NBD HIDRATANTE DESOD. SENSITIVE 200ML J NBD HIDRATANTE DESOD. SENSITIVE 200ML NBD HIDRATANTE DESOD. SENSITIVE 200ML J NBD HIDRATANTE DESOD. SENSITIVE 200ML NBD HIDRATANTE DESOD. AVEIA 200ML NBD HIDRATANTE DESOD. AVEIA 200ML J NBD HIDRATANTE DESOD. AVEIA 200ML NBD HIDRATANTE DESOD. VERAO 200ML NBD HIDRATANTE DESOD. VERAO 200ML J NBD HIDRATANTE DESOD. AVEIA 200ML NSFT CREME NIVEA SOFT 48G NSFT CREME NIVEA SOFT 97G Fato incontrroverso que o Contribuinte fez sua classificação fiscal nos termos do NCM 3307.20.90, sendo que os produtos tem ação hidratante e desodorante. Tal argumentação é controvertida, uma vez, que dá análise não é possível compreender qual a função principal dos produtos. Em caso análogo foi enfrentado por esse CARF:

Como pode-se concluir muitas das definições técnicas sobre os produtos não estão disponíveis no Sistema Harmonizado ou nas Nesh, devendo nesse caso nos socorrer das publicações técnicas internacionais e dos posicionamentos dos órgãos técnicos, e também de laudos técnicos se for o caso.

O entendimento é pela diligência.

Diligência na recorrente

A recorrente deve ser intimada a:

1. Relacionar a lista de produtos autuados com os nomes dos referidos produtos notificados na ANVISA, identificando o processo ou outro dado que permita a busca por pesquisa pela própria ANVISA ou em seu portal;
2. Apresentar a composição química em percentual de peso ou outra medida adequada, para os produtos autuados, identificando a função de cada substância;
3. Confirmar os quesitos e peritos indicados em recurso voluntário, para realização de laudos a serem solicitados ao INT.

Diligência na ANVISA

A autoridade fiscal deve oficiar à ANVISA, solicitando o seguinte:

1. Esclarecer qual a definição técnica de desodorante, águas de colônia e hidratantes utilizada pela ANVISA para classificar produtos nos itens 20 a 23 da I) LISTA DE TIPOS DE PRODUTOS DE GRAU 1 do Anexo II da revogada RDC no 211/2005, informando, se possível, os atos normativos ou a literatura científica utilizada;

2. Esclarecer como são classificados os produtos que contêm substâncias destinadas a funções distintas, como produto destinado a perfumar e desodorizar e produtos destinados a hidratar e desodorizar. Há algum parâmetro de composição química que identifica a função principal de um produto para ser designado como desodorante, ou água de colônia, ou hidratante?

3. Qual a distinção entre as consultas produtos notificados, produtos registrados e produtos regularizados constantes no portal da ANVISA (<https://consultas.anvisa.gov.br/#/>)?

4. Os produtos classificáveis no grau 1, sujeitos à notificação, são submetidos a testes de análise química pela ANVISA?

5. Qual a posição da ANVISA quanto à classificação dos produtos da lista anexa (encaminhar a lista relacionada pela recorrente da petição de notificação com os produtos objeto da autuação) de acordo com os itens constantes da I) LISTA DE TIPOS DE PRODUTOS DE GRAU 1 ou II) LISTA DE TIPOS DE PRODUTOS DE GRAU 2 do Anexo II da revogada RDC no 211/2005?

Perícia Técnica solicitada ao Instituto Nacional de Tecnologia - INT A autoridade fiscal atuará como perito assistente e solicitará laudos ao INT, às expensas da recorrente, e nos termos do artigo 64 do Decreto no 7.574/2011, para que, sobre cada produto autuado, se pronuncie sobre os seguintes quesitos:

1. Nome técnico e comercial 2. Composição química 3. O produto é voltado para conservação ou cuidados da pele?

4. O produto tem ação hidratante?

5. O produto tem função antioxidante?

6. O produto tem função de perfumar?

7. O produto tem função desodorizante?

8. Trata-se de uma loção para o corpo?

9. Trata-se de um desodorante corporal?

10. O produto apresenta a substância química “triclosan” ou “polyglyceryl-3 caprylate” ou “ethylhexylglycerin”?

11. Quais as funções que as três substâncias acima mencionadas podem desempenhar, além da função antibacteriana?

12. Qual a principal função do produto, perfumar, hidratar ou desodorizar?

13. Esclarecer quais os critérios técnicos utilizados para se determinar a função principal, se for caso, explicitando a literatura a respeito;

Diante do exposto, voto para converter o julgamento em diligência, nos termos acima indicados, devendo a autoridade fiscal, ao final, elaborar relatório fiscal, facultando à

Processo nº 19311.720310/2017-15
Resolução nº **3201-001.835**

S3-C2T1
Fl. 17.028

recorrente o prazo de trinta dias para se pronunciar sobre seu resultado, de acordo com o parágrafo único do artigo 35 do Decreto no 7.574/2011.

Laércio Cruz Uliana Junior - Relator